

## GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - TO SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE INTERNO



## PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

ORIGEM: MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA - FMMA MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 26/2022

ASSUNTO: Solicitação de Parecer Opinativo

REQUERENTE: Comissão de Licitação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, e o art. 16 da lei municipal 224/2013, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos ás atividades administrativas do município de Cachoeirinha - TO, com vistas de verificar a legalidade e legitimidade de atos da gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeiro e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência eficácia.

Veio a conhecimento desta Secretaria de Controle Interno, o processo Dispensa de Licitação nº 26/2022, que pede-se a análise e parecer dos atos realizados pela Comissão de Licitação neste processo.

## CONCLUSÃO

A Comissão Permanente de Licitações, na conformidade da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 028/2010, 05 de outubro de 2010, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie solicitou parecer desta Controladoria sobre o procedimento em referência.

Ao exame dos autos, verifica-se obediência às regras procedimentos compreendidas nesses diplomas legais, documentação fiscal e trabalhista regular, não registrando eles, até a atual fase, quaisquer irregularidades.

Solicito ao departamento de licitações que quando se tratar de contratações que são um tanto complexa no tocante ao conhecimento por parte da comissão e ao setor solicitante, que apresente no termo de referencia e nas propostas formas mais transparentes e objetivas o possível.

Solicito que a administração publica analise os parâmetros técnicos e acompanhe o referido contrato com relatórios de execução de serviço prestado junto ao setor responsável.

S.M.J.

É o parecer.

Cachoeirinha/TO, 22 de fevereiro de 202

Patrese de Carvalho Cardoso

Secretario Extraordinário de Controle Interno